



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

REUNIÃO CONJUNTA DO SECRETARIADO E COMISSÃO POLÍTICA

ACTA Nº /III/85

Dia: 19/03/85

Hora: 09h00

Local: Sala de reunião da Presidência da República

Presidente: Cda. Secretário-Geral

Presentes: Cdas. Secretário Geral Adjunto, Abílio Duarte, Olívio Pires, José Araújo, Osvaldo Lopes da Silva, Honório Chantre, Joaquim Pedro Silva e Corsino Tolentino

Ordem do dia

1. - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior
2. - Informações:
 - a) Sobre a deslocação ao Brasil do Cda. Secretário Geral;
 - b) Do Encontro sobre a Participação Popular na Administração da Justiça
3. - Estado da aplicação de decisões anteriores
4. - Programa da acção para o ano de 1985
5. - Segunda Conferência Nacional da OMCV
6. - Proposta de distribuição dos membros do CN e do Governo que deverão presidir as cerimónias do X Aniversário
7. - Programa de deslocações do D.R.E.
8. - Diversos

Ponto 1 - Foi aprovada a acta da reunião do Secretariado do dia 26/02/85

Ponto 2 - Informações

- a) Sobre a deslocação do Brasil do Camarada Secretário Geral



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

2/

O Cda. Secretário Geral começou por informar aos presentes que a sua deslocação ao Brasil marcou um ponto bastante importante, na medida em que fomos, de entre os países africanos e asiáticos presentes o único representante a nível de Chefe de Estado. Isso reforçou a posição deles em relação a Cabo Verde. O Brasil é uma potência em plena expansão. Há muitas embaixadas africanas no Brasil mas que nada fazem praticamente. Não há verdadeiramente relações entre o Brasil e a África. O Brasil, pelo caminho que está a seguir, o seu grande mercado é a África. Assim pode-se chegar a uma situação que nos permitisse canalizar muita coisa brasileira para a África através de Cabo Verde.

O Cda. Presidente disse ainda que teve uma conversa com o Vice-Presidente e insistiu na visita que deveríamos fazer ao Brasil, mas uma visita bem preparada.

Paralelamente às cerimónias, o Cda. Secretário Geral salienta que teve encontros com alguns Chefes de Estado, particularmente George Bush, Mário Soares, Daniel Ortega de Nicarágua, Paulo Correia da Guiné Bissau e Brigita Dahl representante da Suécia. Em relação ao Mário Soares o objectivo da audiência dele era ver se se conseguia um encontro entre ele e o Camarada José Eduardo dos Santos. A conversa com Daniel Ortega foi mais sobre a situação da Nicarágua e diz que os Estados Unidos insistem na gestão do cumprimento das conversações. Têm em vista uma outra ofensiva diplomática que é através dos não alinhados. Se ia uma missão desse movimento à Nicarágua para ver a situação e apoiar o grupo de cantadora e depois pedir mesmo uma audiência com o presidente Reagan no sentido de ver se é necessário retomar o diálogo com a Nicarágua.

Quanto ao Paulo Correia na linha da conversa tida com João Bernardo Vieira sobre a Sigla e outros problemas, ele tem uma posição mais razoável.



Ele diz que têm dificuldades em convencer as pessoas que é necessário mudar a Sigla. Que está disposto assim como os outros Camaradas a trabalhar no sentido de ver esse problema resolvido.

O Camarada Secretário Geral disse ainda que o Camarada Silvino da Luz teve encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Zaire e trataram da possível visita àquele país.

Sobre o Presidente Tancredo Neves, ele já estava adoentado bastante antes. Ele contava resistir até tomar posse e depois ser operado mas as coisas complicaram-se na véspera e teve que ser operado.

CDA. CORSINO TOLENTINO

Relativamente ao pedido do 1º Ministro Mário Soares, salientou que será muito difícil um encontro com os angolanos fora de Angola porque há muita indisposição dos angolanos mesmo no âmbito das relações exteriores em relação às atitudes que Portugal vem assumindo.

CDA. PEDRO PIRES

Que os angolanos têm que ver se esse encontro tem interesse para Angola ou não. Eles é que têm de decidir. O pedido de Mário Soares se insere no âmbito de uma campanha pré-eleitoral porque há várias opiniões, em vários círculos, de pequenos empresários e até gente de ^{direita} esquerda que considera que Mário Soares não defende convenientemente os interesses de Portugal, ao se opôr às suas antigas colónias. Mário Soares era contra o reconhecimento de Angola. Foi reconhecida por Portugal por iniciativa de Costa Gomes e em contrapartida Mário Soares está farto de insultar as pessoas. Quer dizer que ele criou efectivamente ressentimentos ^{na} sua posição, de um lado sobranceira, em relação ao nosso país de outro lado de sobservência em relação aos Americanos. São dois



elementos que levam Angola a não aceitar o encontro.

Em relação a nós o Camarada Pedro Pires disse que eles já começaram a pagar o Porto da Praia.

a) Do encontro sobre a Participação Popular na Administração da Justiça

O Camarada Joaquim Pedro Silva começou por informar do encontro sobre a Participação Popular na Administração da Justiça que teve lugar na Praia de 4 a 9 de Março. Saliou que este encontro teve lugar numa altura em que realmente essa necessidade se devia sentir, o que na sequência das decisões do 2º Congresso e nas orientações saídas da reunião de Março do ano passado, ficou assente que seria conveniente fazer-se um balanço, dos organismos do Poder de Participação Popular de base, do que teria sido a sua actuação ao longo desse tempo, as deficiências no sentido de se poder ver quais as orientações a seguir para melhorar a sua forma de actuação. Na sequência disso e em colaboração com o Ministério da Justiça começou-se por fazer um levantamento dessas questões desde o mês de Julho do ano passado. Teve-se todo o cuidado na sua preparação na medida em que ^{se} deslocou a alguns Sectores acompanhado do Camarada Aristides Lima, onde fez alguns levantamentos, nomeadamente em Santo Antão e Santa Catarina. Enviou-se também um memorando e os Camaradas dos Sectores responderam alguns questões postas.

Os documentos de base do encontro foram os apresentados pelo Partido e um outro feito pelo Sociólogo Português ^(Aventura de Santos) que se deslocou a Cabo Verde para fazer um trabalho sobre Tribunais de Zona.

A participação do Partido nesse encontro foi bastante importante. Estiveram presentes 7 primeiros Secretários, 2 segundos Secretários, dois Secretários pelas Organizações de Massas e 3 membros de Comitês de Sector. O



Partido através dos seus representantes nesse encontro fez prevalecer os seus pontos de vista.

O encontro foi bastante importante na medida em que foi uma oportunidade em que se debateu os pontos de vista dos juristas e os do Partido. Pode-se dizer até que houve uma certa confrontação de pontos de vista e de algumas posições, que através de discussões sucessivas acabou-se por fazer ver aos juristas que os pontos de vista do Partido eram os mais correctos/que em todo o caso havia uma grande necessidade de se dialogar e manter-se contactos na medida em que é através do diálogo que as pessoas se aproximam.

Pensa que o encontro em si não pode significar tudo. Há que garantir a continuidade do que se discutiu, porque as resoluções e as recomendações constituem um passo em frente mas convém que na prática sejamos capazes de aplicar o que se decidiu. Em relação a isso a Ministério da Justiça tomou algumas medidas de carácter legislativas que serão discutidas a nível do governo.

Relativamente ao Partido o Camarada Joaquim Pedro Silva disse que deve ser tomada algumas medidas no sentido de reforçar a capacidade de intervenção dos Camaradas, a nível dos Sector^o, que se ocupam das questões ligadas a esses Organismos de Poder de Participação Popular.

CDA. PEDRO PIRES

Começou por dizer que o interesse da reunião é grande e que é uma recomendação do Conselho Nacional e do Congresso e faz parte ao mesmo tempo do nosso programa de trabalho. O encontro serviu para abrir o caminho para um diálogo profícuo entre o Partido e as pessoas que trabalham ligadas à Justiça (Juizes, Procuradores, etc). O encontro demonstrou a correcção da política aplicada até agora nesse Sector de Participação Popular e o nível de desen-



volvimento de consciência política dos Juizes populares. Uma das maiores conquistas do nosso país é a elevação do nível cultural e político das nossas populações. As posições assumidas pelos Juizes Populares e a maneira como se comportaram e defenderam os seus pontos de vista demonstraram nitidamente os avanços que já tivemos nesse domínio,

O Camarada Secretário Geral Adjunto disse ainda que tem-se que avançar com a reunião das Comissões de Moradores para dar uma nova vida a esses Organismos.

O problema que se põe é o de acompanhamento. O Ministério da Justiça propõe a criação de um órgão, na dependência do Ministro que terá o papel de acompanhar e apoiar os Tribunais de Zona. Esse órgão central de acompanhamento seria interessante na medida em que os Juizes geralmente são muito ocupados.

CDA. OLÍVIO PIRES

Que essa questão da Participação Popular precisa de ser, realmente, melhor analisada porque permite -nos resolver muitos problemas. Mas nem sempre essa questão é devidamente assumida. Ela deve ser acompanhada e encontrados mecanismos que permitem a própria direcção do Partido acompanhar essa experiência com muito mais interesse porque nela poderá residir o futuro dessa nova sociedade que queremos criar.

Uma outra conclusão que se pode tirar, pelo papel desempenhado por certas Camaradas com uma formação técnica, demonstra claramente que precisamos de facto de resolver a situação. O Secretariado do Partido deve fazer esforço no sentido de obter quadros à altura e tecnicamente competente por-



que é uma via de influenciar grandemente o Estado. O Partido jamais se influencia, se o quadro é de nível muito inferior ao que está no Estado. Quando es se quadro é competente realmente não se nega a sua participação, influencia e marca a posição do Partido.

CDA. CORSINO TOLENTINO

Começou por dizer que está plenamente de acordo com as observações feitas na medida em que a liderança é segura e tem futuro se se fazer através da confrontação de ideias e pela validade demonstrada das ideias. Neste sentido pensa que o encontro terá tido um efeito extremamente positivo e que poderá servir de exemplo para iniciativas próximas no sentido de evitarmos o risco do definhamento de qualquer organização que funciona para dentro mais do que na relação com a sociedade ou com a comunidade que dirige.

Sobre a questão colocada pelo Camarada Olívio Pires relativamente a diversas tendências que surgem visando a redução do Partido em diversas Organismos ou em alguns ^{mesmo a eliminação, o camarada Corino disse} casos que efectivamente deve-se fazer com que o Partido esteja sempre presente e num maior número possível, e evitar qualquer tendência contrária.

Ponto 3 - Estado da aplicação de decisões anteriores

O Camarada Joaquim Pedro Silva apresentou uma lista de questões tomadas nas reuniões do Secretariado que ainda não foram implementadas.

Depois de serem analisadas todas as questões não resolvidas, decidiu-se o seguinte:

1. - Deve-se solicitar aos Camaradas Combatentes da Liberdade da Pátria que ainda não o fizeram que peçam a sua contagem de tempo de serviço;



2 - Sobre o Camarada Romão Correia o assunto deverá voltar a ser abordado com a presença do Camarada Silvino da Luz;

3 - O Camarada Jorge Lopes deverá secretariar provisoriamente as reuniões da Comissão Política e do Secretariado.

Ponto 5 - Segunda Conferência Nacional da OMCV

O Camarada Secretário Geral ^{adjunto} começou por prestar algumas informações sobre a preparação e realização da Conferência Nacional da OMCV e ainda sobre os documentos que irão ser discutidas.

A Sessão de abertura é no dia 23 (sábado) às 10 horas e serão convidados todos os membros da Comissão Política, Conselho Nacional e do Governo. Haverá ainda uma intervenção de fundo do Camarada Secretário Geral na Sessão de abertura. Tinha ficado estabelecido também que, como aconteceu com a JAAC-CV, ^{estar presente em cada sessão de trabalho} deveria um membro da Comissão Política. O Secretário do CN - Joaquim Pedro Silva e o Presidente da CNCR - ^{camarada Borna Tolentino} . Haverá, no dia do encerramento da Conferência (27) ^{e o discurso de encerramento será feito pelo S.G. adjunto} uma grande manifestação de massas. Pretendem trazer para à rua cerca de 5 mil mulheres fardadas, pelas 14 horas.

Estarão presentes representantes de Angola, Moçambique e S. Tomé, Representantes de algumas Organizações não governamentais que têm financiados os projectos da OMCV, a Organização Sueca-Sita, a UNICEF e FAO.

Ficou estabelecido que os países que têm Organização feminina e que têm aqui embaixada também enviarão representantes observadores à Conferência.

Quanto à documentação elas apresentaram 3 teses que já foram discutidas e aprovadas mas que terão que ser reapreciadas pela Conferência e fizeram



já a sua distribuição.

Por isso pensa que devem ser apreciados o projecto dos ²estatutos e o Programa, pela Comissão Política.

Decidiu-se que os documentos da Conferência da OMCV devem ser apreciados no dia 21 - Quinta-feira pelas 18 horas.